

AGRICULTURA

A safra de grãos 1995/96

Miriam Jardim Kuhn*

No texto a seguir, abordar-se-ão alguns aspectos conjunturais do setor agrícola gaúcho neste primeiro semestre de 1996, com ênfase no desenvolvimento da safra de verão 1995/96. Em primeiro lugar, serão descritas as condições em que os agricultores definiram suas intenções de plantio e referenciadas as adversidades climáticas que reduziram em quase 33% a produção de grãos no Rio Grande do Sul. Em seguida, serão enfocados o início do processo de comercialização dos principais grãos e o comportamento dos preços para produtores e consumidores, sendo feitas observações a respeito do abastecimento do segundo semestre. Analisar-se-ão, igualmente, as previsões de safras comparativamente às safras do ano passado, assim como observar-se-á o impacto da queda da lavoura gaúcha na lavoura nacional. Concluindo-se, far-se-ão referências ao atual quadro do cultivo de trigo para o plantio da safra de inverno e às perspectivas do triticultor face às recomendações governamentais.

A conjuntura, as intenções de plantio e a estiagem

Após terem enfrentado uma conjuntura difícil durante o ano de 1995 em virtude da significativa queda da receita agrícola, os agricultores gaúchos chegaram no momento da definição do quanto e do quê plantar para a safra

* Economista, Técnica da FEE.

A autora contou com a especial colaboração de Paulo Roberto Nunes da Silva e de Marinês Zandavali Grando.

1995/96, com a expectativa de que os preços de seus produtos seriam melhores do que os recebidos na safra passada.

A conjuntura para os mercados da agropecuária do segundo semestre de 1995, tanto externa quanto internamente, já apontava no sentido dessa recuperação. A redução dos estoques mundiais, a pressão de demanda nos países asiáticos, a perspectiva de redução da safra norte-americana em função das adversidades climáticas, e as alterações nos hábitos de consumo de alimentos na Europa, em função da doença da “vaca louca”, definiram, com clareza, uma tendência de elevação nas cotações. Alguns chegaram a prever pelo menos um período de dois anos com cotações relativamente elevadas, com base na hipótese de que a recomposição dos estoques mundiais só poderá ocorrer no médio prazo.

No mercado interno, havia uma certeza: a conjuntura de queda dos preços agrícolas observada em 1995 não se repetiria em 1996, o que constituía o lado favorável das expectativas dos produtores. Entretanto alguns aspectos da conjuntura compunham um cenário pouco otimista sobre os resultados econômicos da safra, e a redução da produção de grãos era quase um consenso no setor, chegando-se a vaticinar reduções significativas de área plantada. Esse cenário desfavorável configurou-se, por um lado, pela redução da receita em função da queda dos preços agrícolas, que afetou a capacidade de financiamento do custeio com recursos próprios do setor agrícola. Por outro lado, o acesso a financiamentos através do sistema financeiro estava complicado pelo elevado nível de endividamento entre os produtores vinculados aos bancos e pelo peso dos encargos financeiros nos custos. E, finalmente, o Governo, já na expectativa de que as cotações de mercado estariam altas na época da comercialização, não havia corrigido os preços mínimos, congelados desde julho/94, e o nível de recursos alocados para o financiamento da safra não recebera aportes adicionais significativos.

Como fator positivo, pode-se citar o financiamento do plantio via contratos de venda futura da produção, agora resguardados pela criação das Cédulas do Produtor Rural (CPR). Contudo esse ainda é um instrumento pouco utilizado pelos produtores. A maneira “informal” de comercialização antecipada da safra e a alocação de recursos para o custeio, os contratos de “soja verde”, tiveram menor participação, em virtude da retração de cooperativas e indústrias face à elevada inadimplência nos anos anteriores.

A reversão da relação de trocas entre agricultura e indústria durante o ano de 1995 foi um fator que induziu à formação de uma intenção de plantio em

área inferior à da safra anterior. Tomando-se a variação do Índice de Preços Recebidos (IPR) e do Índice de Preços Pagos (IPP) pelos agricultores gaúchos entre outubro/94 e outubro/95, verifica-se que a tendência de uma relação favorável ao setor agrícola, que vinha sendo observada durante a maior parte desta primeira metade da década de 90, se reverteu. Nesse período, enquanto o IPR/RS variou 1,04%, o IPP/RS variou 20,1%. Essa reversão, associada à queda da receita agrícola na safra 1994/95 e ao elevado índice de endividamento, foi, sem dúvida, um forte motivo para a redução da área plantada e do nível de insumos aplicados nas lavouras.

No decorrer do período de plantio, um outro aspecto negativo para a produção de grãos definiu-se na conjuntura agropecuária da safra gaúcha de verão: mais uma vez o RS foi assolado por uma estiagem. O plantio do arroz, da soja e do milho foi atrasado em função da falta de umidade no solo. Segundo a EMATER-RS, a estiagem no RS iniciou em agosto, com um déficit hídrico de 27,5%, e continuou nos meses de setembro, outubro e novembro, com déficits de 2,6%, 21,3% e 51,8% respectivamente. O déficit hídrico acumulado no RS até os primeiros dias de dezembro foi estimado pela EMATER-RS em 24,3%, o que seria equivalente à precipitação de um mês inteiro.

As chuvas no RS, depois de uma estiagem de cinco meses, começaram na zona sul do Estado, no final de dezembro, quando as épocas recomendadas de plantio das principais culturas de verão estavam vencendo (caso do milho — 31 de dezembro) ou já estavam vencidos (caso da soja — 15 de dezembro — e caso do arroz — 30 de novembro). Assim, definiu-se um quadro onde houve atraso e plantio fora da época recomendada, fatores que influenciam negativamente os rendimentos físicos. Segundo a EMATER-RS, havia, em 23 de dezembro, um atraso de 14% na área plantada de milho; na soja, o atraso teria sido de 34%, tomando-se em consideração a data de 8 de dezembro; já no caso do arroz, até 8 de dezembro não havia sido detectado atraso no plantio da lavoura.

As precipitações ocorridas permitiram a retomada do plantio e o replantio das lavouras já plantadas e afetadas pela estiagem durante o período de germinação. As condições climáticas a partir de meados de janeiro permitiram um desenvolvimento satisfatório das lavouras replantadas, definindo até mesmo uma recuperação sobre os rendimentos físicos médios da soja e do milho estimados até final de dezembro. A lavoura de arroz da Região da Campanha, entretanto, continuou a ser afetada pela estiagem até o início de fevereiro. Por outro lado, no sul do Estado e na Depressão Central, duas importantes regiões arrozeiras, o excesso de chuvas chegou a ser motivo de

preocupação para os agricultores. A partir de março, iniciou-se um novo período de estiagem, que favoreceu o final da colheita de grãos de verão, mas acabou por prejudicar o plantio da safra de inverno.

Como resultante desse contexto, a safra gaúcha de grãos de verão 1995/96 sofreu uma expressiva redução, conforme se pode observar no item a seguir.

A recuperação dos preços e o contexto do período de comercialização

A Tabela 1 mostra as variações dos preços dos principais grãos da lavoura gaúcha entre as safras 1994/95 e 1995/96 e permite uma comparação com as variações de alguns dos principais índices de preços disponíveis. A intenção é proporcionar uma avaliação rápida sobre o comportamento dos preços desses principais grãos nas duas últimas safras.

Tabela 1

Média dos preços semanais recebidos pelos produtores gaúchos de arroz,
milho e soja — safras 1994/95 e 1995/96

PRODUTOS	MÉDIA (1) (R\$/saca) (A)	MÉDIA (2) (R\$/saca) (B)	VARIACÃO % (B/A)
Arroz (50kg)	8,21	10,38	26,4
Milho (60kg)	5,23	8,11	55,1
Soja (60kg)	8,51	13,38	57,2
IGP-DI/FGV (3)	113,91	127,93	12,3
ICV-IEPE (3)	116,14	139,72	20,3

FONTE: EMATER-RS.

NOTA: Preços nominais.

(1) Preço médio do período: 1ª semana mar./95-5ª semana maio/95. (2) Preço médio do período: 1ª semana mar./96-5ª semana maio/96. (3) Índices médios dos períodos: mar.-maio/95 e mar.-maio/96.

As variações observadas nos preços recebidos pelos produtores na safra 1995/96 movimentam-se no sentido de superar as variações dos principais índices de preços disponíveis, se mantida a tendência observada nos períodos mencionados. Deve-se considerar, no entanto, que os preços recebidos pelos produtores haviam sofrido uma queda significativa na safra anterior. Portanto, esse acréscimo acima dos principais índices de preços significa, apenas, que os preços dos produtos agrícolas, a nível de produtor, vêm recuperando a participação perdida durante o ano passado no conjunto dos preços relativos (Tabela 2). Na realidade, observa-se que a recuperação dos preços das quatro principais lavouras de verão na safra 1995/96 ainda não foi suficiente para superar a baixa receita obtida na safra anterior, em função da quebra gerada pela estiagem. A única lavoura onde a recuperação dos preços foi proporcionalmente maior do que a quebra foi a da soja. Considere-se que se está tratando de receita e não de rentabilidade. O aumento dos custos em função da elevação dos preços dos insumos e da necessidade de replantio deve ter prejudicado sensivelmente o resultado econômico dessas lavouras.

Saliente-se que a variação do IPR/RS e do IPP/RS no período transcorrido entre outubro/95 e fevereiro/96¹ vem mostrando uma nova reversão de tendência. Se as variações desses índices, entre outubro/94 e outubro/95, como já foi visto anteriormente, mostraram uma situação totalmente desfavorável para a agricultura, as variações observadas no período subsequente, entre outubro/95 e fevereiro/96, mostraram uma tendência de crescimento para os preços recebidos pelos produtores maior do que para os preços pagos pelos insumos industriais utilizados por esses mesmos agricultores. Retoma-se, assim, a tendência que vinha sendo observada desde o início dos anos 90, ou seja, entre outubro/95 e fevereiro/96, enquanto o IPR/RS variou 6,9%, o IPP/RS variou 3,8%. Resta acompanhar esses índices e observar qual será a situação no momento da concentração das aquisições de insumos no segundo semestre deste ano. Diga-se de passagem que, entre outubro/94 e outubro/95, enquanto o IPP/RS cresceu 19,6 pontos percentuais acima da variação do IPR/RS, entre outubro/95 e fevereiro/96 o IPR/RS havia crescido apenas 3,1 pontos percentuais acima do IPP/RS, significando que ainda há um longo

¹ Série disponível até o fechamento deste texto.

caminho a percorrer para que seja recuperada a defasagem ocorrida no período anterior. Isto posto, traçar-se-á, de forma sucinta, um paralelo entre o contexto da comercialização dos principais grãos da safra de verão do Rio Grande do Sul em 1995 e em 1996.

Tabela 2

O comportamento da receita das principais lavouras de grãos
 do Rio Grande do Sul — safras 1994/95 e 1995/96

PRODUTOS	SAFRA 1994/95 (R\$ milhões)	SAFRA 1995/96 (R\$ milhões)	VARIAÇÃO %
Arroz (1)	858,49	835,29	-2,7
Feijão (2)	108,53	45,64	-57,9
Milho (1)	535,20	431,66	-19,4
Soja (1)	836,26	948,05	13,4
TOTAL	2 338,48	2 260,64	-3,3

FONTE: EMATER-RS.

NOTA: Os preços considerados foram as médias dos preços médios semanais da EMATER-RS nos períodos de concentração da comercialização.

(1) Foram considerados os preços do período entre a 1ª semana de março e a 2ª semana de junho. (2) Foram considerados os preços do período entre a 1ª semana de janeiro e a 5ª semana de março.

No ano passado, a queda dos preços agrícolas a nível de produtor adaptou-se com excepcional oportunidade aos interesses do Governo no que diz respeito à condução de seu plano de estabilização econômica ("âncora verde"). Obviamente, o Governo evitou maiores intervenções no mercado, no sentido de proporcionar a imediata recuperação da renda agrícola. No Rio Grande do Sul, contudo, pode-se dizer que os recursos alocados para a aquisição de milho e de arroz evitaram uma queda maior de preços, marcando o início de uma recuperação que, de lenta, passou ao ritmo mais acelerado determinado pela conjuntura internacional.

Na safra 1995/96, pode-se dizer que a conjuntura ainda é favorável aos interesses do Governo. Ao contrário do ano passado, quando a queda dos preços favoreceu o Governo ao sustentar a estabilidade dos índices de inflação, hoje a tendência de recuperação das cotações satisfaz o interesse do Governo ao propiciar o seu afastamento do mercado. Mesmo porque nada mudou, do ano passado para cá, na capacidade do Governo de cumprir com suas obrigações através de um gerenciamento eficaz da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Os dados hoje disponíveis indicam que o processo de comercialização deverá chegar ao fim sem maiores complicações para produtores e Governo. A maior parte da safra já foi comercializada. Os produtores procuraram realizar suas vendas aproveitando as elevadas cotações e levando em conta que, considerado o comportamento do mercado financeiro, as cotações vigentes no período de safra tendem a não ser superadas, em termos reais, pela eventual elevação dos preços até o final da entressafra. A comercialização de quantidades feita pelos produtores individualmente ocorreu em função dos níveis de endividamento desses produtores e de sua capacidade de risco ante a espera de eventuais cotações melhores.

O nível atual dos estoques em mãos do Governo e a política de sua liberação apontam no sentido de que não deverão ocorrer problemas de abastecimento no decorrer do segundo semestre, mantidas as condições atuais. O nível de estoques e a política de liberação que vem sendo seguida pelo Governo até esse momento têm contido as eventuais pressões de demanda. O caso de maior destaque é o do milho.

A administração do abastecimento de milho para os grandes consumidores (produtores, abatedouros e frigoríficos) parece estar evoluindo a contento. Os leilões oficiais e a entrada no mercado da produção da safrinha reduziram a pressão altista sobre os preços desse importante insumo da produção de suínos e aves. Assim, o preço do frango, carro-chefe da "âncora verde", ainda se mantém sob controle, apesar do aumento observado em todos os níveis de mercado. Arroz e trigo também não apresentam indícios de que possa haver crescimento de preços que ponha em risco o controle do processo inflacionário. Considere-se, entretanto, que o desemprego e as poucas chances de ocorrerem aumentos reais de salário no restante do ano são, na realidade, os principais fatores de contenção da demanda e, por decorrência, os verdadeiros responsáveis pelo fato de o Governo não estar enfrentando maiores problemas de abastecimento.

O resultado da safra gaúcha

No Rio Grande do Sul a produção dos quatro principais grãos — arroz, milho, feijão e soja — deverá situar-se em torno de 11,5 milhões de toneladas, segundo estimativas do IBGE, bem abaixo, portanto, da safra passada, que foi da ordem de 17 milhões de toneladas.

Para os quatro produtos, estão estimadas variações negativas comparativamente à safra passada. No que se refere à área cultivada, prevê-se, para o conjunto dessas lavouras, quebra de 12,28% e uma redução de 32,51% na produção, caindo o rendimento em 23,06%.

Considerando-se que a safra 1994/95 foi recorde, buscou-se estabelecer comparações também com as médias alcançadas no período 1990/95. Como se pode observar na Tabela 3, as perdas da presente safra anunciam-se notáveis quando comparadas à média do quinquênio e chegam a ser extraordinárias em relação a safra passada. Para melhor evidenciar as perdas dessa safra, examinar-se-á a seguir cada uma dessas lavouras.

Para o arroz, a diminuição prevista para a área é a maior da lavoura de grãos, situando-se em 18,12% em relação ao ano passado. Em consequência, espera-se uma queda de produção da ordem de 20,60% e um rendimento 3,02% inferior.

No cultivo de milho, a redução de área ficou em torno de 15,99%, menor, portanto, que a do arroz, porém estima-se que a quebra na produção será de 46,98%, com baixa significativa no rendimento físico: 36,89% menor que o alcançado no ano passado.

A soja, por sua vez, teve 8,19% de redução relativa na área, e há previsões de 27,36% de perdas na produção, com rendimento 20,87% menor que o obtido no ano passado.

Comparativamente a essas culturas, o rendimento previsto para o feijão representa a maior variação negativa, isto é, 50%.

Relações da safra gaúcha com a nacional

A safra prevista para as lavouras de verão do Rio Grande do Sul representa 17% da safra nacional estimada. Isso significa dizer que a quebra das safras, prognosticada em 32,5% (conforme visto anteriormente), equivale a 5,5 milhões de toneladas que o Rio Grande do Sul deixará de contribuir para a produção nacional, ou seja, um impacto negativo nesta última de 8,4%.

Tabela 3

Resultado das culturas de verão 1995/96 em relação ao ano anterior
e ao período médio de 1990/95 no Rio Grande do Sul

CULTURAS DE VERÃO	SAFRAS				
	1990/95	1994/95	1995/96	VARIAÇÃO %	
	(A)	(B)	(C)	(C/A)	(C/B)
Arroz					
Área a colher (ha)	891 117	988 866	809 678	-9,14	-18,12
Produção (t)	4 301 274	5 038 101	4 000 452	-6,99	-20,60
Rendimento (t/ha) ...	4,83	5,09	4,94	2,36	-3,02
Feijão					
Área a colher (ha)....	213 410	225 113	202 166	-5,27	-10,19
Produção (t)	157 611	192 713	86 932	-44,84	-54,89
Rendimento (t/ha)....	0,74	0,86	0,43	-41,78	-49,77
Milho					
Área a colher (ha)	1 799 179	1 883 445	1 582 282	-12,06	-15,99
Produção (t)	4 471 653	5 935 667	3 146 985	-29,62	-46,98
Rendimento (t/ha)....	2,49	3,15	1,99	-19,98	-36,89
Soja					
Área a colher (ha)	3 129 850	3 006 535	2 760 197	-11,81	-8,19
Produção (t)	5 256 823	5 847 985	4 248 189	-19,19	-27,36
Rendimento (t/ha)....	1,68	1,95	1,54	-8,36	-20,87
TOTAL					
Área a colher (ha)	6 033 556	6 103 959	5 354 323	-11,26	-12,28
Produção (t)	14 187 361	17 014 466	11 482 558	-19,06	-32,51
Rendimento (t/ha)....	2,35	2,79	2,14	-8,80	-23,06

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: Rio Grande do Sul
(1990/1993). Rio de Janeiro: IBGE.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: Brasil (1994/1995). Rio de Janeiro: IBGE.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: Rio Grande do Sul (1996) GLEA/RS/IBGE.

Particularizando-se, observa-se que o maior impacto negativo da quebra da safra gaúcha na produção nacional é previsto para o arroz, calculado em aproximadamente 10,9%, o que representa algo em torno de 1,0 milhão de toneladas. Isso deve-se à forte participação gaúcha na produção nacional do grão.

Segue-se em ordem de importância o milho e a soja, com impactos negativos na produção nacional de 9% e 7%, que traduzidos em volumes equivalem a 2,8 e 1,6 milhões de toneladas respectivamente.

Tabela 4

Impacto da quebra de safra da lavoura gaúcha no resultado
da safra nacional de grãos — safra 1995/96

PRODUTOS	QUEBRA DA PRODUÇÃO (%)	IMPACTO (%)	TOTAL DA SAFRA (t)
Arroz	-20,60	10,90	1 037 649
Feijão	-54,89	3,98	105 781
Milho	-46,98	8,99	2 788 682
Soja	-27,36	6,94	1 599 796
Total	-32,51	8,35	5 531 908

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

A safra de inverno

Na presente safra, os estoques mundiais de trigo devem atingir cerca de 97,4 milhões de toneladas, configurando uma redução de 16,8% em relação à safra 1994/95. A quebra nas safras dos principais países produtores desestabilizou a oferta mundial e provocou alta nos preços do trigo no mercado internacional. Essa situação trouxe repercussões imediatas para o Brasil, um dos maiores compradores de trigo no mercado internacional, e vem sendo

objeto de preocupações para as autoridades governamentais responsáveis pelo abastecimento.

Junto aos agricultores, a repercussão foi positiva. A perspectiva de bons preços atraiu produtores para o plantio de inverno, com vistas a recuperar a renda não auferida no passado, em função dos preços então vigentes e da frustração da última safra.

Para a safra brasileira 1995/96, as previsões do IBGE giram em torno de 1,16 milhão de hectares cultivados para uma produção de 2,14 milhões de toneladas. Tal produção não será suficiente para garantir o abastecimento interno. O consumo, que se aproxima de 8,5 milhões de toneladas, exigirá importações na ordem de 6 milhões de toneladas de trigo. Metade desse total será adquirida na Argentina, e, para isso, foram retomadas as negociações visando à redução da Tarifa Externa Comum (TEC), adotada pelo Mercosul (hoje em 10%).

Para o Rio Grande do Sul, a EMATER estimou, na segunda quinzena de maio, uma superfície de 549 mil hectares com trigo, o que representará um incremento da ordem de 83,74% em relação aos 298,9 mil hectares plantados em 1995. Esse aumento não recoloca a lavoura de trigo gaúcha nos patamares de outrora. Ainda segundo a EMATER, o aumento previsto para a área plantada supera em 7,1% a média da área plantada nos últimos cinco anos, mas fica 52% inferior à média plantada nos últimos 25 anos (513 mil ha e 1,15 milhão de hectares).

O plantio deste ano deverá ocorrer preferencialmente integrado ao programa governamental que normatiza a produção, o chamado Zoneamento Agroclimático. Esse programa visa aumentar os índices de produtividade, evitando o plantio do grão em áreas impróprias. Indica o período de menos riscos climáticos para a semeadura e o maior potencial de rendimento da cultura para cada município. Na opinião dos técnicos da Fecotriga, a divisão da lavoura gaúcha em 35 microrregiões e não mais nas nove regiões anteriores modifica e diminui o período de plantio e oportuniza uma espécie de reciclagem nas atividades dos produtores, pois exige profissionalismo do tricultor, que deverá seguir as orientações das pesquisas agrônômicas.

De acordo com as novas recomendações, o período de plantio no Rio Grande do Sul é de 10 de maio a 30 de julho; visando suprir a demanda de custeio, o Governo Federal colocou à disposição dos produtores gaúchos R\$ 12 milhões, sendo por volta de 20% para os mini e pequenos agricultores e de 80% para os grandes produtores.

Finalmente, é importante registrar que esse período de plantio se iniciou em condições particularmente adversas, face à insuficiência de chuvas nas principais regiões produtoras e face à escassez da oferta de sementes apropriadas. Isso contribuiu para um certo atraso na preparação do solo para o plantio.